## ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2018 -14/02/2018.

4 5

6 7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18 19

20

21

2223

24

25

2627

28

29

30

31

32

33 34

35

36

37

38

39 40

41

42 43

44

45 46

47

48 49

50

Ao décimo quarto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no município de Gaspar - SC, no Auditório da DITRAN, anexo ao Paço Municipal, às 15h15m, realizou-se a primeira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de 2018 - CMDU. Estavam presentes: Alexandre Gevaerd – Presidente do Conselho Adriano Ribeiro de Castilhos – Secretário Executivo do Conselho, Pedro Inácio Bornhausen - Gabinete do Prefeito, Carlos Francisco Bornhausen e Patrícia Sheidt Marques - Secretaria de Planejamento Territorial, Elizandro Lourenço Ruivo - Diretoria de Plano Diretor de Habitação, Ronald Welter -Superintendência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dirceu dos Passos -Diretoria Geral de Trânsito, Eduardo Schneider Pedrini - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo, Luana Larissa Paes Storch e Fernanda Gelatti - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nelson Alexandre Bornhausen – Associação Comercial e Industrial de Gaspar- ACIG, Jefferson Schramm - Câmara de Dirigentes Lojistas -CDL - Gaspar, Nelson Adriano Olinger e Marisete Fachini Girardello - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA/SC, Valmor Beduschi Júnior e Daniel Sperafico de Andrade – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SC, Fabio Marcelino de Souza - Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina - CRECI/SC, Celso Papp -Lions Club de Gaspar, Euclides Rampelotti – Associação De Moradores Santa Terezinha, Andrei Lucas Muller - Diretor de Circulação Viária e Gustavo Lindner Foppa - Diretor de Cadastro Técnico Imobiliário, Joana Pereira, Ederson Pamplona, Crisleidi C. Z. Marquesini, convidados da Secretaria de Planejamento Territorial. Antes de iniciar os trabalhos, o Superintendente de Planejamento territorial, Sr. Carlos Francisco Bornhausen dá as boas vindas aos conselheiros, e explica que o Presidente do Conselho e também Secretário de Planejamento Territorial, irá se juntar a nós após terminar a agenda anterior e pediu para iniciarmos a reunião na sua breve ausência. Após a explicação, foi colocada em aprovação a pauta do dia 14/02/2018. Aprovada a pauta, dão se início aos trabalhos de deliberação dos assuntos expostos. ITEM 01 - Legislação Urbanística - Regularização; Foi apresentada aos conselheiros a solicitação de regularização de um empreendimento em nome da empresa SKALATEX, localizada em transversal da Rodovia Ivo Silveira, no Bairro Bateias, e que respeita os parâmetros e índice urbanísticos estabelecidos para aquele zoneamento de acordo com Plano Diretor Municipal, Lei 2.803/2006, porém remete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU, em virtude de ultrapassar 300,00 m² (trezentos metros quadrados). A Secretaria de Planejamento Territorial se manifestou de forma favorável à regularização do empreendimento. A solicitação foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. <u>ITEM 02 – Legislação Urbanística – Outorga</u> Onerosa em Nome de Eduardo Felipe Bacck: Na sequência foi apresentada a solicitação de Outorga Onerosa, (Solo Criado), em nome de Eduardo Felipe Bacck. O requerente possui um imóvel situado no Perímetro Urbano de Gaspar, sito à Rua Flávio Cláudio Debortoli, Bairro Sete de Setembro, com área de 999,72 m². De acordo com o Zoneamento o coeficiente de aproveitamento permitido para o imóvel é de 2,0, podendo chegar ao máximo até 3,0, e o requerente solicita um acréscimo de 0,97, ficando em 2,97, gerando uma contrapartida financeira de R\$ 184.912,65, conforme calculo anexo, os demais índices urbanísticos estão sendo respeitados pelo projeto, e desta forma, foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. ITEM 03 - Legislação Urbanística - 04 Unidades Edificações Residenciais Unifamiliares: Foi apresentada em seguida a proposta de alteração na lei 1.155/88 que institui o Código de Obras de nosso município, no que se refere à quantidade máxima de edificações por matrícula, observando e respeitando ainda as legislações Estaduais e Federais. Foi apresentada a seguinte redação: Art. 60. "...Parágrafo Único: Serão consideradas residências unifamiliares as

edificações compostas de unidades habitacionais isoladas, geminada ou conjugadas de ate 4 (quatro) habitações dentro da mesma matricula, obedecendo os índices urbanísticos (tabela 01). Acima de 4 unidades o proprietário do imóvel deverá proceder com o parcelamento das áreas ou incorporar conforme condomínio. Essa proposta visa proporcionar um crescimento ordenado da cidade e evitar os parcelamentos irregulares, pois hoje, nossas leis não estipulam limites. Foram apresentados alguns exemplos aos conselheiros que após larga deliberação sobre o assunto, aprovou a proposta apresentada. ITEM 04 - Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV -Alterações Propostas: Dando sequência à reunião, apresentamos algumas propostas de alterações, relacionadas ao Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, que é parte integrante da lei 2.806/06 Plano Diretor Municipal em vigência. Um tópico que ficou bastante claro foi com relação a área para exigência de EIV, para empreendimentos que já tiverem apresentados anteriormente o referido estudo. Entende-se que acima de 50% de ampliação da área total já construída, deve-se solicitar um novo Estudo, abaixo disso entende-se que não haveria necessidade de cobrança de novo estudo, desde que já tenha apresentado anteriormente, quando da sua instalação e condicionado à não alterar o ramo de atividade em que atua. Entende-se também que os casos omissos deveriam ser remetidos ao CMDU.Como o assunto é bastante amplo e delicado, gerou uma longa deliberação e os conselheiros então solicitaram que fosse encaminhado aos mesmos, o material relativo a essa proposta, como tabelas e textos para que pudessem analisar de forma mais detalhada, e numa nova oportunidade poderem posicionar-se a respeito da proposta. Foi proposta ainda numa outra oportunidade apresentar a atual situação do Pólo Gerador de Tráfego – PGT, e possíveis alterações e/ou adequações propostas para este estudo, bem como, providenciar sua regulamentação via decreto municipal conforme determina a lei. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O presidente do conselho agradeceu a presença de todos os conselheiros. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, sendo a ata lavrada por mim, Adriano Ribeiro de Castilhos, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – **CMDU** lida e aprovada pelos ilustres conselheiros.

51

52 53

54

55

56

57

58 59

60

61 62

63

64 65

66

67

68 69

70 71

72

73

74 75

76 77

78 Alexandre Gevaerd\_\_\_\_\_ 79 Adriano Ribeiro de Castilhos\_\_\_\_\_ 80 Pedro Inácio Bornhausen 81 Carlos Francisco Bornhausen\_\_\_\_\_ 82 Patrícia Sheidt Marques 83 Elizandro Lourenço Ruivo Ronald Welter 84 85 Dirceu dos Passos 86 Eduardo Schneider Pedrini Luana Larissa Paes Storch\_\_\_\_\_ 87 88 Fernanda Gelatti\_\_\_\_\_ 89 Nelson Alexandre Bornhausen\_\_\_\_\_

90	Jeferson Schramm
91	Nelson Adriano Olinger
92	Marisete Fachini Girardello
93	Valmor Beduschi Júnior
94	Daniel Sperafico de Andrade
95	Fabio Marcelino de Souza
96	Celso Papp
97	Euclides Rampelotti